

Medidas legais de 14 de outubro de 2022

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
Decreto Legislativo CN nº 150, de 2022 Visualizar medida	<i>“Aprova o Ato de Genebra do Acordo de Haia referente ao Registro Internacional dos Desenhos Industriais, concluído em Genebra, Suíça, em 2 de julho de 1999”.</i> Explicação: aprova o texto do <i>Ato de Genebra do Acordo de Haia</i> referente ao <i>Registro Internacional dos Desenhos Industriais</i> (PDL 274/2022), que descreve os meios para partes e pessoas solicitarem um pedido internacional de registro, incluindo reivindicação de prioridade, taxas, efeitos e modificações, além de procedimentos sobre irregularidades, adiamento e recusa de pedidos.
Decreto Legislativo CN nº 145, de 2022 Visualizar medida	<i>“Aprova o texto do Protocolo da Rodada São Paulo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, assinado em Foz do Iguaçu, em 15 de dezembro de 2010”.</i> Explicação: aprova o texto do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) entre Países em Desenvolvimento (PDL 923/2021), sobre barreiras às importações. A matéria estabelece um desconto geral de pelo menos 20% nas tarifas de importação para todas as categorias de produtos em, no mínimo, 70% das categorias. Para os países participantes com tarifas zero em mais de 50% do total das categorias, o documento obriga um desconto geral de pelo menos 20% em, no mínimo, 60% delas. As categorias agrupam produtos afins, como carne processada, que inclui presunto, por exemplo. Assinado por onze países, o acordo determina a redução das barreiras comerciais para quase mil produtos.
Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022 Visualizar medida	<i>“Dispõe sobre o Sistema de Correição (Siscor) do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal”.</i> Explicação: disciplina o Siscor, sistema que compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais. Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de novembro de 2022.
Resolução CEFIC nº 6, de 13 de outubro de 2022 Visualizar medida	<i>“Altera o art. 7º, da Resolução nº 4, de 7 de junho de 2022 e dá outras providências”.</i> Explicação: altera a Resolução que estabelece a parametrização técnica do Serviço de Identificação do Cidadão, para disciplinar a elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) do SIC.

Resolução CEFIC nº 7, de 13 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

“Institui Grupo de Trabalho Técnico (GTT) destinado à elaboração de Protocolo de Divergências no âmbito do Sistema de Identificação do Cidadão como proposição de ações destinadas ao processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e de atualização das bases”.

Explicação: institui GTT, composto por 6 membros, com duração de 3 meses, com o objetivo de elaborar protocolo para tratar divergências detectadas durante o processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional.

Resolução CEFIC nº 8, de 13 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

“Institui Grupo de Trabalho Técnico (GTT) para realização de diagnóstico e proposição de ações destinadas ao fortalecimento do processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN)”.

Explicação: institui GTT, composto por 6 membros, com duração de 3 meses, com o objetivo de realizar diagnóstico e apresentar propostas de ações destinadas ao fortalecimento do processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional.

Mensagem do Presidente da República nº 557, de 13 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

Encaminha ao Congresso Nacional o texto do projeto de lei que *“Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022”.*

Portaria RFB nº 231, de 13 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

“Altera a Portaria RFB nº 34, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre o compartilhamento de dados não protegidos por sigilo fiscal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União”.

Explicação: altera o anexo que trata de Informações sobre “Certidão de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional”.

Portaria SETO/ME nº 9.039, de 13 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

Adequa os limites de movimentação e empenho para execução de Emendas Impositivas. Entre outros, reduz as despesas primárias discricionárias de individuais e de bancada para: **i)** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no valor total de R\$ 1.5 milhão; **ii)** Ministério da Educação (MEC), no valor total de R\$ 5.5 milhões; **iii)** Ministério da Infraestrutura (MInfra), no valor total de R\$ 1.8 milhão; **iv)** Ministério das Comunicações (MCom), no valor total de R\$ 400 mil; **v)** Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), no valor total de R\$ 2.2 milhões; e **vi)** Ministério do Turismo (MTur), no valor total de R\$ 650 mil.

Parecer de Orientação CVM nº 40, de 11 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

“Os Criptoativos e o Mercado de Valores Mobiliários”.

Explicação: entre outros, divulga orientações, com o objetivo de consolidar entendimentos sobre Criptoativos, ativos representados digitalmente, protegidos por criptografia, que podem ser objeto de transações executadas e armazenadas por meio de tecnologias de registro distribuído (Distributed Ledger

	<i>Technologies - DLTs</i>). Usualmente, os criptoativos (ou a sua propriedade) são representados por tokens, que são títulos digitais intangíveis.
Resolução BCB nº 251, de 11 de outubro de 2022 Visualizar medida	“Altera a Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017, que estabelece procedimentos e parâmetros relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap Simp), e a Circular nº 3.979, de 30 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a constituição e a atualização da base de dados de risco operacional e a remessa ao Banco Central do Brasil (BCB) de informações relativas a eventos de risco operacional”. Explicação: entre outros, a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a instituição está exposta, considerando, no mínimo: a) risco de estratégia; b) risco de reputação, decorrente de percepção negativa sobre a instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores; c) risco social; d) risco ambiental; e e) risco climático. Devem constar da base de dados de risco operacional as perdas operacionais associadas: a) ao risco cibernético; e b) ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático. A base de dados de risco operacional deve conter, para cada evento de risco operacional A identificação, quando aplicável, das perdas operacionais ligadas a: a) risco de crédito; b) risco de mercado; c) risco social; d) risco ambiental; e) risco climático; e f) risco cibernético. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.
Consulta Pública ANATEL nº 75, de 11 de outubro de 2022 Visualizar medida	Abre Consulta Pública, até <u>27 de novembro</u>, com o objetivo de submeter a comentários e sugestões do público geral a proposta de internalização e consolidação de normas do Mercosul, que ainda não estejam internalizadas aos normativos do setor de telecomunicações sob competência da Anatel. Ressalta-se que as contribuições devem ser encaminhadas por meio de formulário eletrônico aqui.
Consulta Pública SDIC/ME nº 31, de 13 de outubro de 2022 Visualizar medida	Abre Consulta Pública, pelo <u>prazo de 15 dias</u>, para aprimoramento da proposta de alteração do Processo Produtivo Básico (PPB) de Roteadores e Switches. O texto completo está disponível aqui. As manifestações deverão ser encaminhadas a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mcti.gov.br e cgpri.ppb@sufama.gov.br.
Extrato de Inexigibilidade de Licitação nº 15/2022 UASG 120060 Visualizar medida	Processo nº 67510.17434/22-83 Contratante: Comando da Aeronáutica Contratada: NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada em ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominada Banco de Preços que consiste num sistema de pesquisas baseado em resultados de licitações adjudicadas e homologadas, para auxiliar nas

	pesquisas de preços das aquisições e contratação de bens e serviços da Academia da Força Aérea. <u>Justificativa:</u> Conforme atestado de exclusividade da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, Regional Paraná (Assespro). <u>Ratificação:</u> 13/10/2022.
Ato de Pessoal	Objetivo
Portaria RFB nº 1.912 de 13 de outubro de 2022 Visualizar medida	Nomear: <u>Kiyoshi D Avila Matsuda</u>, para exercer o cargo de Coordenador Operacional, da Coordenação-Geral de Fiscalização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), DAS-101.3.
Portaria de Pessoal ME nº 11.939 de 13 de outubro de 2022 Visualizar medida	Designar: <u>Heliton José Ribeiro</u>, para exercer a função de Coordenador de Ouvidoria, da Coordenação-Geral de Ouvidoria, da Ouvidoria da Secretaria Executiva, do Ministério da Economia (ME), FCPE 101.3.

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.